



2º Simulado de Reta Final para

Cartório GO

Simulado Especial

Simulado de Reta Final TJ-GO Cartórios

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-GO para Cartórios;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões A, B, C, D.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-Cartório-GO-10-10-21>

01 - A B C D
02 - A B C D
03 - A B C D
04 - A B C D
05 - A B C D
06 - A B C D
07 - A B C D
08 - A B C D
09 - A B C D
10 - A B C D
11 - A B C D
12 - A B C D
13 - A B C D
14 - A B C D
15 - A B C D
16 - A B C D
17 - A B C D
18 - A B C D
19 - A B C D
20 - A B C D

21 - A B C D
22 - A B C D
23 - A B C D
24 - A B C D
25 - A B C D
26 - A B C D
27 - A B C D
28 - A B C D
29 - A B C D
30 - A B C D
31 - A B C D
32 - A B C D
33 - A B C D
34 - A B C D
35 - A B C D
36 - A B C D
37 - A B C D
38 - A B C D
39 - A B C D
40 - A B C D

41 - A B C D
42 - A B C D
43 - A B C D
44 - A B C D
45 - A B C D
46 - A B C D
47 - A B C D
48 - A B C D
49 - A B C D
50 - A B C D
51 - A B C D
52 - A B C D
53 - A B C D
54 - A B C D
55 - A B C D
56 - A B C D
57 - A B C D
58 - A B C D
59 - A B C D
60 - A B C D

61 - A B C D
62 - A B C D
63 - A B C D
64 - A B C D
65 - A B C D
66 - A B C D
67 - A B C D
68 - A B C D
69 - A B C D
70 - A B C D
71 - A B C D
72 - A B C D
73 - A B C D
74 - A B C D
75 - A B C D
76 - A B C D
77 - A B C D
78 - A B C D
79 - A B C D
80 - A B C D

81 - A B C D
82 - A B C D
83 - A B C D
84 - A B C D
85 - A B C D
86 - A B C D
87 - A B C D
88 - A B C D
89 - A B C D
90 - A B C D
91 - A B C D
92 - A B C D
93 - A B C D
94 - A B C D
95 - A B C D
96 - A B C D
97 - A B C D
98 - A B C D
99 - A B C D
100 - A B C D

TEORIA GERAL DOS ATOS NOTARIAIS E REGISTRAIS

Juliana Chevônica

01. De acordo com o que dispõe o Código de Normas e Procedimentos do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás sobre escrituração, assinale a alternativa correta.

- a) Os livros destinados à prática de atos notariais e registrais serão instituídos com estrita observância das normas de escrituração. Por outro lado, os livros administrativos têm forma livre.
- b) A adoção de escrituração eletrônica não afasta a obrigatoriedade da existência dos livros em meio físico, materializados a partir dos dados extraídos do sistema informatizado de automação, ao final do expediente.
- c) O livro físico será gerado por sistema que garanta a verificação da existência e conteúdo do ato, subordinando-se às mesmas regras de escrituração atinentes ao livro eletrônico.
- d) As folhas soltas dos livros ainda não encadernados serão remetidas à encadernação no dia útil subsequente.

02. Na hipótese da necessidade de afastamento do titular, de acordo com o Código de Normas e Procedimentos do TJGO e normativas aplicáveis, é correto afirmar:

- a) O notário ou registrador que desejar concorrer a mandato eletivo, afastar-se-á do exercício do serviço delegado 30 (trinta) dias antes do pleito eleitoral e, sendo eleito, desde a sua diplomação.
- b) Em caso de afastamento do oficial para o exercício de mandato eletivo, a atividade será conduzida por interino designado pelo Tribunal.
- c) Na hipótese de afastamento para cumprimento de mandato eletivo, o oficial fará jus à percepção de metade da renda líquida da serventia, e a outra metade será depositada em conta bancária especial, com correção monetária.
- d) O notário ou registrador que se afastar da serventia pelo prazo superior a 15 (quinze) dias comunicará, previamente, ao Corregedor Permanente e à Corregedoria-Geral da Justiça o motivo do afastamento, a data ou a previsão de retorno e o substituto legal.

03. "Errar é humano", todo mundo sabe. Mas quando se trata de livros próprios da atividade extrajudicial e suas especialidades, isso deve ser evitado ao máximo, pois se está falando de registros públicos. Sobre as hipóteses de erro ou omissão na lavratura do ato notarial e registral, é incorreto afirmar:

- a) Tendo havido omissão ou erro de modo que seja necessário fazer adição ou emenda, estas serão feitas antes da assinatura ou ainda em seguida, mas antes de outro assento, sendo a ressalva novamente por todos assinada.
- b) A escrituração não conterà rasura, entrelinha preenchida ou emendada, borrão ou outra circunstância que possa causar dúvidas.
- c) Aos atos e termos serão lançados, logo abaixo das assinaturas, os nomes dos subscritores, por extenso, sendo obrigatória a sua identificação por carimbo individualizado.
- d) Eventual omissão será suprida com nota "em tempo" subscrita por todos os participantes do ato.

04. O Provimento n. 88/2019 do CNJ versa sobre a política, os procedimentos e os controles a serem adotados pelos notários e registradores, visando à prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro, previstos na Lei n. 9.613, de 3 de março de 1998, e do financiamento do terrorismo, previsto na Lei n. 13.260, de 16 de março de 2016, e dá outras providências. Sobre ele, é correto afirmar.

- a) O referido provimento se aplica a tabeliães de notas e de protesto de títulos, oficiais e tabeliães de registro de contratos marítimos, e oficiais de registro de títulos e documentos, e civis das pessoas naturais e jurídicas.
- b) Os notários e registradores comunicarão à Unidade de Inteligência Financeira, por intermédio do Sistema de Controle de Atividades Financeiras, quaisquer operações que, por seus elementos objetivos, possam ser consideradas suspeitas de lavagem de dinheiro ou financiamento do terrorismo.

c) Os tabeliões de protesto de títulos se valerão dos dados e informações constantes do título ou documento de dívida apresentado, ou de sua indicação, além dos dados fornecidos pelo apresentante, não podendo obstar a realização do ato ou exigir elementos não previstos nas leis que regulam a emissão e circulação dos títulos ou documentos em questão.

d) Os notários e registradores são responsáveis pela implantação de políticas, procedimentos e controles internos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo no âmbito da serventia, e são, portanto, os oficiais de cumprimento.

05. Acerca da responsabilidade dos notários e registradores, é incorreto afirmar:

a) Os notários e registradores são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem a terceiros, por culpa ou dolo, pessoalmente. Isso quer dizer que na hipótese de o erro ter sido cometido por escrevente, quem responde é o titular.

b) Uma vez instaurado processo administrativo disciplinar pelo Juiz Corregedor Permanente, o ato inaugural e todos os atos decisórios subsequentes serão informados à Corregedoria-Geral da Justiça.

c) As penas disciplinares não excluem a incidência cumulativa de advertência, multa e cobrança em tresp dobro.

d) As penalidades impostas seguirão ordem de gradação, iniciando-se com a repreensão, seguida de multa, suspensão e, por fim, perda da delegação, uma vez que não há justificativa para sanção mais grave sem a aplicação de uma mais branda anteriormente.

06. A respeito da perda da delegação, julgue os itens a seguir:

I - A perda da delegação dependerá de sentença judicial transitada em julgado ou de decisão administrativa da qual não caiba mais recurso.

II - A perda da delegação dependerá de sentença judicial transitada em julgado ou de decisão do Conselho Superior da Magistratura ou do Órgão Especial do TJGO.

III - É forma de extinção da delegação.

IV - Configurada a hipótese de perda da delegação, o oficial será suspenso até a decisão final.

Está correto o que está disposto nos itens:

a) I e IV.

b) I, II, III e IV.

c) II, III e IV.

d) II e III.

07. Sobre os serviços notariais e de registro, é incorreto afirmar:

a) Serviços notariais e de registro são os de organização técnica e administrativa destinados a garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos.

b) Eventual diligência fora das instalações da serventia extrajudicial poderá ser realizada por notário, registrador ou preposto autorizado, desde que resguardadas as cautelas e requisitos formais da atividade, bem ainda as regras afetas à circunscrição geográfica, quando houver.

c) A serventia extrajudicial poderá ser instalada fora dos limites territoriais para a qual foi recebida a delegação.

d) Os serviços notariais e de registro serão prestados, de modo eficiente e adequado, em local de fácil acesso ao público e que ofereça segurança para o arquivamento de livros e documentos.

08. O estrangeiro poderá fazer prova de sua idade, filiação e estado civil valendo-se do uso de diversos documentos, exceto:

a) passaporte ou atestado consular.

b) certidão de nascimento traduzida e registrada em serventia de registro de títulos e documentos.

c) qualquer documento oficial, de acordo com o país de origem, e declaração de testemunha como prova de estado civil e filiação, se refugiado, apátrida, asilado ou em acolhimento humanitário.

d) documento de identificação do país de origem, em qualquer hipótese.

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS

Paloma Scwab

09. O reconhecimento voluntário da paternidade ou da maternidade socioafetiva de pessoa maior de ___ anos será irrevogável e autorizado perante os oficiais de registro civil das pessoas naturais, somente podendo ser desconstituído pela via judicial, nas hipóteses de vício de vontade, fraude ou simulação.

- a) 18 anos.
- b) 16 anos.
- c) 12 anos.
- d) A qualquer tempo.

10. Conforme §2º do artigo 77 da Lei 6.015/1973 a cremação de cadáver somente será feita daquele que houver manifestado a vontade de ser incinerado ou no interesse da saúde pública e se o atestado de óbito houver sido firmado por 2 (dois) médicos ou por 1 (um) médico legista e, no caso de morte violenta, depois de autorizada pela autoridade judiciária. A respeito das regras específicas sobre a cremação conforme normativa estadual, é correto afirmar:

- a) Caso o falecido não tenha deixado por escrito o desejo de ser cremado, o cônjuge, companheiro ou parente até o 2º grau poderá declarar, mediante documento assinado por 2 (duas) testemunhas e com firmas reconhecidas, que o *de cujus*, em vida, manifestou a vontade de ser incinerado, autorizando a cremação.
- b) Caso o falecido não tenha deixado por escrito o desejo de ser cremado, o cônjuge, companheiro ou parente até o 3º grau poderá declarar, mediante documento assinado por 2 (duas) testemunhas e com firmas reconhecidas, que o *de cujus*, em vida, manifestou a vontade de ser incinerado, autorizando a cremação.
- c) Caso o falecido não tenha deixado por escrito o desejo de ser cremado, o cônjuge, companheiro ou parente até o 3º grau poderá declarar, mediante documento assinado por 3 (três) testemunhas e com firmas reconhecidas, que o *de cujus*, em vida, manifestou a vontade de ser incinerado, autorizando a cremação.

d) Caso o falecido não tenha deixado por escrito o desejo de ser cremado, o cônjuge, companheiro ou parente até o 2º grau poderá declarar, mediante documento assinado por 3 (três) testemunhas e com firmas reconhecidas, que o *de cujus*, em vida, manifestou a vontade de ser incinerado, autorizando a cremação.

11. A respeito das regras sobre nascimentos ocorridos no Brasil de filhos de pai e mãe estrangeira, é correto afirmar que:

- a) Os registrandos terão sempre a nacionalidade brasileira.
- b) Sendo ambos os pais estrangeiros, o registro será sempre lavrado no livro E.
- c) Na hipótese onde ambos os genitores sejam estrangeiros e em que pelo menos um deles esteja a serviço de seu país no Brasil o registro será efetuado no Livro "E" e o registrando não terá nacionalidade brasileira
- d) Na hipótese onde ambos os genitores sejam estrangeiros e em que ambos estejam a serviço de seu país no Brasil o registro será efetuado no Livro "E" e o registrando não terá nacionalidade brasileira

12. Os oficiais do registro civil remeterão à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dentro dos primeiros ___ dias dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, um mapa dos nascimentos, casamentos e óbitos ocorridos no trimestre anterior.

- a) 15 dias.
- b) 10 dias.
- c) 8 dias.
- d) 5 dias.

13. Conforme Código de Normas estadual o oficial de registro remeterá:

- a) à Justiça Eleitoral, até o dia 15 (quinze) de cada mês, a comunicação dos óbitos registrados no mês anterior, por meio da Central de Registro Civil – CRC Nacional.
- b) à Polícia Federal, semestralmente, preferencialmente por meio eletrônico, informações acerca do óbito de imigrantes.
- c) à Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais – CRC as informações definidas pela Arpen-Brasil, observada a legislação em vigor no que se refere a dados estatísticos, no prazo de 5 (cinco) dias, corridos, contados da lavratura dos atos.
- d) à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente, por meio da Central de Informações do Registro Civil – CRC, os dados de todos os óbitos registrados.

14. No nascimento será averbado, exceto:

- a) perda ou retomada de nacionalidade brasileira, quando comunicada pelo Ministério da Justiça
- b) restabelecimento da sociedade conjugal.
- c) guarda e tutela, se houver determinação judicial.
- d) sentença concessiva de adoção do maior.

15. Após a inserção em microfilme ou a gravação eletrônica das imagens dos documentos em papel, observando-se as regras gerais do Código de Normas para a eliminação de documentos, papéis e arquivos, o registrador poderá destruir conforme os prazos:

- a) em 1 (um) ano, atestado e as declarações de nascido vivo, de óbito e de pobreza.
- b) em 3 (três) anos, após a efetiva anotação, cópias das comunicações expedidas referentes a óbito, casamento, separação, restabelecimento de casamento, divórcio, anulação ou nulidade de registro, união estável, interdição, emancipação, ausência e morte presumida.
- c) em 5 (cinco) anos, auto do procedimento de habilitação de casamento, contado da data da publicação do edital.
- d) em 15 (dez) anos, mapa dos registros de nascimento, casamento e óbito encaminhados ao IBGE.

16. Em relação a nascimento ocorrido fora de maternidade ou estabelecimento de saúde e sem assistência médica, é correto afirmar:

- a) assento somente poderá ser lavrado se houver 2 (duas) testemunhas que assistiram ao parto ou atestem a gravidez e pelo médico ou enfermeira que tenha acompanhado o parto.
- b) Verificado o nascimento o oficial de registro, após alertar as partes que é crime dar parto alheio como próprio ou atestá-lo falsamente, solicitará a emissão das em 3 (três) vias da DNV pela Secretaria Municipal de Saúde, assinada por enfermeira responsável.
- c) Preenchida as três vias da DNV pelo oficial de registro, a primeira e terceira via permanecerá na serventia até o primeiro dia útil do mês subsequente, quando será encaminhada à Secretaria Municipal de Saúde, a segunda via ficará retida no serviço.
- d) O registro de criança nascida fora de estabelecimento de saúde será comunicado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, aos Conselhos Tutelares local e da residência dos pais, e também ao Ministério Público da Comarca, com os dados do registrado, dos pais e o endereço onde ocorreu o nascimento.

TABELIONATO DE NOTAS

Maria Dalmaz

17. É possível ao Tabelião de Notas lavrar ato notarial, desde que a requerimento da parte interessada, nos seguintes casos, exceto:

- a) compra e venda de imóvel cujo maior seja maior do que 30 (trinta) salários mínimos;
- b) doação de pai para filho, de bem imóvel cujo valor de mercado é de 10 (dez) salários mínimos;
- c) termo de acordo para guarda de filho, desde que consensual;
- d) avença de constituição de renda.

18. De acordo com as normas do direito brasileiro:

- a) Pode o tabelião de notas lavrar escritura de constituição de fundação; assim como pode testador consignar seu desejo de criar uma fundação por meio de testamento.
- b) A escritura pública, lavrada em notas de tabelião, faz prova indiciária dos fatos narrados, e é documento dotado de fé pública.
- c) nos casos em que a lei impõe a formalização por escritura pública, se outros documentos comprovarem a negociação, ela terá a mesma validade.
- d) não pode o Tabelião formalizar, por meio de escritura pública, doação em favor de menor, ainda que seja doação pura, uma vez que envolve interesses de incapazes.

19. Sobre o testamento público, é correto afirmar:

- a) Pode ser lavrado pelo Tabelião ou por substituto legal, mesmo que a Lei 8.935/1994 proíba a atuação do substituto neste ato.
- b) Uma vez que a vontade do testador deve prevalecer, o Tabelião que o lavrar pode figurar como legatário, mas não como herdeiro; neste último caso, por vedação legal.
- c) É escrito pelo testador, e aprovado pelo Tabelião.
- d) Deve ser escriturado no Livro de Escrituras.

20. A atividade notarial compreende o assessoramento prévio para a formalização dos atos e negócios jurídicos, orientada pelos princípios e regras de direito, pela prudência e pelo acautelamento. Considerando essa premissa como base, que é verdadeira, podemos afirmar que:

- a) Os princípios notariais são exatamente os mesmos dos princípios registrais.
- b) devem ser cobrados emolumentos pela assessoria prestada pelo Tabelião de Notas, quando o cliente não solicitar a lavratura de nenhum ato notarial.
- c) Acautelamento se aproxima do princípio da justiça preventiva, que também pode ser chamado de profilaxia jurídica.
- d) o princípio da territorialidade é aplicado ao Tabelionato de Notas no sentido de que os atos notariais devem ser lavrados pelo Tabelião do local do imóvel ou da residência das partes.

21. Um dos atos de competência dos Tabeliões de Notas é a autenticação de fotocópias. Sobre esse ato, e as normas do Estado de Goiás, assinale a correta:

- a) autenticação de fotocópia significa a certidão do tabelião quanto à autenticidade de uma assinatura, gerando presunção relativa de autoria do documento.
- b) é possível autenticar cópia de documento original particular, mas não de documento público.
- c) é possível autenticar cópia de cópia já autenticada pela mesma serventia.
- d) a cópia, para ser autenticada, deve ser sempre extraída pelo sistema reprográfico, não se admitindo outras formas de extração de cópias.

22. Wellington compareceu na serventia de notas onde você atua e perguntou como pode formalizar uma doação, de um terreno do pai dele a ele. Nesse caso, dentre outras, qual seria uma orientação correta:

- a) Se for lavrada doação em vida ou testamento os efeitos serão os mesmos, uma vez que o terreno será passado para o nome do Wellington.
- b) Wellington deverá, obrigatoriamente, chamar seus irmãos para anuírem com a doação, ou seja, assinando na escritura de doação, sob pena de invalidade do ato.
- c) Uma vez que haverá transmissão de imóvel, deverá ser recolhido o tributo correspondente – ou seja, o ITBI – o que será exigido no momento do registro da escritura de doação.
- d) É possível que a escritura seja lavrada num dia, e as assinaturas das partes sejam apostas em outro, sem problemas quanto ao princípio da unicidade do ato.

23. A interação do Tabelionato de Notas com outras atribuições de serventia extrajudiciais é bastante frequente. Assim, além das notas, o Tabelião deve ter em mente que é correto dizer que:

- a) O documento oficial que comprova o estado civil de uma pessoa física, brasileira, é emitido via de regra pelo serviço de registro de títulos e documentos.
- b) Ainda que seja lavrada a compra e venda de um imóvel, no Tabelionato de Notas, somente com o registro imobiliário na serventia competente – o que vai depender da localização do imóvel – é que será transferida a propriedade para o nome do comprador.
- c) A ata de usucapião vincula o registrador de imóveis, e como consequência o registrador deverá transferir a propriedade se observados os requisitos para tal.
- d) Para qualificar uma pessoa jurídica em um ato notarial é importante verificar seu ato constitutivo, que será sempre registrado perante o serviço de registro de pessoa jurídica. Neste ato será verificado quem é administrador da pessoa jurídica, que irá presencial ou eletronicamente assinar o ato, diretamente ou por meio de procurador nomeado.

24. O Conselho Nacional de Justiça emite uma série de provimentos, com orientações e determinações aos serviços extrajudiciais. Nos últimos anos, pelo menos três deles emitiam comandos, dentre outros, aos Tabeliães de Notas: Provimento 65, que cuida do Procedimento de usucapião extrajudicial; Provimento 88, sobre a atuação dos Notários e Registradores no combate à lavagem de dinheiro; e finalmente, o Provimento 100, acerca dos atos notariais eletrônicos. Sobre o tema, é **INCORRETO** afirmar:

- a) O provimento 100 expressamente proíbe a lavratura de testamentos públicos por meio do e-notariado, considerando se tratar de um ato personalíssimo que exige uma solenidade especial para sua validade.
- b) Tanto o provimento 100 quanto o provimento 65 inovaram quanto ao princípio da territorialidade aplicado aos Tabelionatos de Notas, em especial no que toca à impossibilidade de, em certos casos, livremente escolher o Tabelião de Notas.
- c) O Provimento 88 elenca critérios objetivos e subjetivos de informe, assim conferindo certa discricionariedade do Tabelião quanto a entender a conduta suspeita ou não.

- d) É impossível aos Tabeliães de Notas aderir ou não ao Provimento 88, devendo suas normas serem observadas e cumpridas por todos os titulares, interventores e interinos dos Tabelionatos de Notas, sem exceção.

TABELIONATOS DE PROTESTOS

Adriano Alvares

25. Em relação ao protesto, segundo o Código de Normas do TJGO, é **CORRETO** afirmar que:

- a) é ato não solene e formal que prova a inadimplência.
- b) é ato solene e informal que não prova a inadimplência.
- c) não é ato solene e informal que prova a inadimplência.
- d) é ato solene e formal que prova a inadimplência.

26. Sobre o período mínimo de conservação dos documentos dos tabelionatos de protesto, pode-se afirmar que:

- a) 6 (seis) meses, para as intimações, editais correspondentes a documentos protestados, ordens de cancelamento e pedidos de certidões.
- b) 3 (três) anos para Livros de Protocolo.
- c) 5 (cinco) anos para Livros de Registro de Protestos e respectivos Títulos.
- d) 10 (dez) anos, para as intimações e editais correspondentes a documentos pagos ou retirados além do tríduo legal.

27. É de competência privativa do Tabelião de Protesto, lavrar o protesto, registrando o ato em livro próprio, em meio eletrônico ou sob outra forma de documentação. Sobre esta temática é incorreto afirmar que é ato privativo:

- a) intimar o devedor do título para que o aceite, devolva ou pague, sob pena de protesto.
- b) acolher a devolução, e não o aceite, e receber o pagamento do título ou documento, pelo seu valor declarado, acrescido dos emolumentos e demais despesas legais, dando quitação.
- c) lavrar o protesto, registrando o ato em livro próprio, em meio eletrônico ou sob outra forma de documentação.
- d) prestar informações e fornecer certidões relativas a todos os atos praticados, na forma da legislação.

28. O Código de Normas do TJGO, estabelece normativas específica para o Tabelionato de Protesto. Verifique as questões abaixo sobre o protesto.

() É possível o protesto dos títulos de crédito e outros títulos ou documentos que estabeleçam obrigação pecuniária certa, líquida e exigível.

() É admissível o protocolo de título pagável ou indicado para aceite em praça não compreendida na circunscrição territorial da respectiva serventia extrajudicial.

() O edital referente a protesto de certidão de dívida ativa ou de outro documento da dívida poderá ser publicado no Diário Oficial Eletrônico.

Assinale a alternativa que contenha a sequência correta:

- a) F – V – F
- b) V – F – V
- c) F – V – V
- d) F – F – F

29. Sobre protesto falimentar, segundo o código de normas do TJGO, é correto afirmar que:

- a) Somente será protestado, para fins falimentares, título ou documento de dívida de responsabilidade de pessoa sujeita às consequências da legislação civil.
- b) O termo do protesto para fins falimentares conterá os mesmos elementos do termo de protesto comum.
- c) O deferimento do processamento de recuperação judicial de empresário ou de sociedade empresária impede o protesto de títulos e documentos de dívida relacionados ao requerente do benefício legal.
- d) O termo do protesto para fins falimentares conterá elementos especiais, estabelecidos pela norma, o que diferencia do termo de protesto comum.

30. Sobre protesto, é correto afirmar que:

- a) O protesto de crédito referente à obrigação condominial depende de prévia autorização em convenção ou assembleia de condôminos, e será feito com base nos elementos e valores apresentados pelo síndico ou seu representante.
- b) O devedor, assim compreendido o emitente de nota promissória e cheque, o sacado na letra de câmbio e duplicata e, o indicado pelo apresentante ou credor como responsável pelo cumprimento da obrigação, poderá deixar de figurar no termo de lavratura e registro de protesto.
- c) É de inteira responsabilidade do apresentante, seja estabelecimento bancário ou não, o fornecimento de dados relativos às duplicatas mercantis e de prestação de serviços as quais poderão ser protestadas por indicação.
- d) É possível ao tabelião de protesto reter o título ou documento de dívida ou dilatar o prazo para protesto a pedido das partes.

31. Sobre o critério de postergação da cobrança dos emolumentos, segundo a Lei 19.191/2015, verifique as afirmações do procedimento de protesto e assinale a correta:

a) seu pagamento diferido para o momento da elisão ou do cancelamento do protesto, cujos valores para todos os atos de protesto e cancelamento serão solvidos naquela oportunidade de acordo com a tabela vigente no protocolo.

b) seu pagamento diferido para o momento da elisão ou do cancelamento do protesto, cujos valores para todos os atos de protesto e cancelamento serão aumentados em 20% (vinte por cento) para a compensação financeira pelo recebimento diferido.

c) seu pagamento diferido para o momento da elisão ou do cancelamento do protesto, cujos valores para todos os atos de protesto e cancelamento serão aumentados em 50% (cinquenta por cento) para a compensação financeira pelo recebimento diferido, não havendo, nesse caso, ressarcimento pelo FUNCOMP.

d) não há na lei estadual relato sobre o pagamento diferido para o momento da elisão ou do cancelamento do protesto, sendo isso relatado somente no Provimento CNJ nº 86/2019.

REGISTRO DE IMÓVEIS

Andrea Santiago

32. Acerca da natureza do registro de imóveis assinale a alternativa correta.

a) O registro de imóveis é um serviço de organização especializada destinado ao registro dos títulos aquisitivos de propriedade.

b) O registro de imóveis é um serviço de organização técnica e administrativa concedido a particulares destinado a garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia das situações jurídicas de bens imóveis.

c) O registro de imóveis é um serviço de organização técnica e administrativa delegado a particulares destinado a garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficiência das situações jurídicas de bens imóveis.

d) O registro de imóveis é um serviço de organização técnica e administrativa delegado a particulares destinado a garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia das situações jurídicas de bens imóveis.

33. A atividade registral imobiliária é regida por alguns princípios expressos na Lei de Registros Públicos, além de princípios implícitos e inerentes ao sistema de registros. Quanto aos princípios, assinale a assertiva verdadeira.

a) Segundo o princípio da continuidade (grundsatz der Voreingtragung des Betroffenen), o registrador deve ficar atento à cadeia dominial do imóvel, ou seja, nenhum registro pode ser feito sem que se tenha previamente registrado título anterior, do qual dependa, ou ainda se o imóvel não estiver matriculado ou registrado em nome do outorgante, ainda que se tratem de aquisições originárias de propriedade, a exemplo da desapropriação.

b) O princípio da especialidade objetiva está expresso no art. 176, § 1º, II, nº 4, da Lei 6.015/1973 e sua finalidade é garantir que as pessoas físicas ou jurídicas, que constem dos registros como titulares de direitos, possuam identificação completa a partir de dados de sua qualificação pessoal de modo a distingui-las de todas as demais pessoas.

c) De acordo com o princípio da legalidade, o registrador deve qualificar os títulos e documentos submetidos ao Registro e verificar se reúnem os requisitos exigidos pelas normas legais para que possam aceder à publicidade registral. É preciso que o título seja válido e perfeito, pois a validade do registro depende da validade do negócio jurídico que lhe dá suporte.

d) De acordo com o princípio da especialidade subjetiva, todo imóvel que seja objeto de registro deve estar perfeitamente individualizado, com a indicação de suas características e confrontações, localização, área e denominação, código e dados constantes no CCIR se rural; ou logradouro e número, se urbano e sua designação cadastral se houver.

34. O princípio de prioridade é uma garantia ao usuário do serviço de que, ao protocolar seu título no Registro de Imóveis, o número de ordem recebido determinará sua prioridade com relação aos demais títulos que ingressarem posteriormente, e que tenham como objeto o mesmo imóvel. Acerca do tema, julgue as assertivas abaixo e assinale a correta.

- a) Os usuários que possuem atendimento prioritário, a exemplo dos idosos, possuem direito à antecipação de seus protocolos.
- b) Se uma mesma pessoa apresentar, na mesma oportunidade, vários títulos, estes serão considerados englobadamente e receberão o mesmo número de ordem no protocolo.
- c) Quando se tratar de ordem genérica de indisponibilidade de determinado bem imóvel, sem indicação do título que se pretende atingir, a prenotação do mandado judicial não sustará os registros dos títulos que já estiverem tramitando.
- d) Os títulos judiciais também se submetem à qualificação registral e em nenhuma hipótese pode o título judicial afastar o princípio da prioridade.

35. Acerca do registro de imóveis, julgue as assertivas a seguir e assinale a incorreta.

- a) O Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis - SREI tem como objetivo a universalização das atividades de registro público imobiliário, a adoção de governança corporativa das serventias de registros de imóveis e a instituição do sistema de registro eletrônico de imóveis previsto no art. 37 da Lei n. 11.977/2009.
- b) O Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis - SREI será implementado e operado pelo Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico – ONR.
- c) A matrícula eletrônica deve conter dados estruturados que podem ser extraídos de forma automatizada, contendo seções relativas aos controles, atos e situação jurídica do imóvel, constituindo-se em um documento natodigital de conteúdo estruturado.
- d) Os oficiais de registro de imóveis, após a implementação do registro imobiliário eletrônico, não continuam com a obrigação de manter em segurança e sob seu exclusivo controle, indefinida e permanentemente, os livros, classificadores, documentos e dados eletrônicos.

36. Maria adquiriu um terreno por compra e venda lavrada por escritura pública, na qual consta o objeto do negócio jurídico como sendo a compra e venda do terreno, no qual há uma pequena construção, o que estava devidamente descrito neste título. Todavia, ao apresentar referida escritura a registro, o oficial imobiliário constatou que na matrícula do imóvel não há averbação da construção e, em razão disso, se recusou à prática do ato, exigindo, em nota devolutiva fundamentada, a prévia averbação da construção na matrícula. Acerca do caso retratado, pode-se afirmar corretamente que:

- a) Maria deverá apresentar mandado de segurança contra o oficial imobiliário, tendo em vista que a averbação da construção não pode ser exigida para o registro da propriedade.
- b) A exigência do Cartório de Registro de Imóveis é correta, tendo em vista a aplicação, no caso, do princípio da especialidade subjetiva.
- c) Maria deverá requerer a instauração do procedimento de dúvida, alegando a aplicabilidade, no caso, do princípio da cindibilidade do título.
- d) Maria deverá requerer a instauração do procedimento de dúvida, alegando a aplicabilidade, no caso, do princípio da continuidade registral.

37. Julgue as alternativas abaixo e assinale a correta.

- a) A cópia, autenticada por Tabelião, do instrumento particular, é título apto para o Registro de Imóveis.
- b) A posse é situação fática que não pode ser publicizada na matrícula do imóvel.
- c) O arrendamento rural pode ser registrado no Registro de Imóveis.
- d) O registro, no Registro de Imóveis, da cláusula de vigência em um contrato de locação de imóvel urbano, somente pode ser feito se os proprietários do imóvel coincidirem, em sua totalidade, com os locadores contratuais.

38. A publicidade registral imobiliária é um dos pilares desta atividade, sendo a regra a publicidade indireta mediante expedição de certidões. Acerca do tema analise as assertivas a seguir e julgue a correta.

- a) A certidão de inteiro teor, também conhecida por certidão de matrícula, será fornecida quando o interessado requerer a cópia reprográfica, vedada a digital, da matrícula do imóvel arquivada na serventia.
- b) O registro de imóveis fornecerá as seguintes certidões: Inteiro Teor; Ônus e Ações; Transcrição; Negativa de Registro; Negativa de Propriedade; e em relatório.
- c) A certidão de ônus e ações, se positiva, que atesta a existência de algum impedimento ou ação judicial registrado ou averbado no assento referente ao imóvel, somente será expedida a requerimento escrito ou verbal do proprietário ou ainda por representante com poderes especiais comprovados por procuração pública ou particular.
- d) A certidão emitida em formato digital considera-se válida para finalidades específicas previstas em lei, desde que assinada pelo oficial, seu substituto ou escrevente autorizado com uso de certificado digital que atenda os requisitos da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP.

39. Acerca das cédulas de crédito, marque a assertiva correta.

- a) Serão registradas no Livro nº 3 do registro de imóveis da localização dos bens oferecidos em garantia: as cédulas de crédito comercial, rural, industrial e à exportação, sem prejuízo do registro do direito real de garantia;
- b) No caso de garantias imobiliárias e de bens móveis dados em penhor comercial, industrial e à exportação, as cédulas serão registradas tanto na circunscrição do imóvel de localização dos bens hipotecados ou alienados fiduciariamente, quanto na circunscrição dos bens apenados.
- c) Quando a cédula de crédito bancário for garantida por direito real de bens imóveis, hipoteca ou alienação fiduciária, será feito o registro da garantia no Livro nº 2 do ofício imobiliário de localização do imóvel, sendo vedado o registro da cédula no Livro 3.
- d) Para o registro das cédulas de crédito rural, industrial, comercial e à exportação, bem como de seus aditivos, é indispensável o reconhecimento de firmas.

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS

Gustavo Arruda

40. Para o registro da pessoa jurídica serão apresentadas duas vias originais do ato constitutivo, contrato social ou estatuto, mediante requerimento escrito firmado pelos sócios, administrador, designado na forma da lei, ou interessado, nas quais será lançada a competente certidão do registro, com o respectivo número de ordem, livro e folha.

- a) Não é considerado interessada a pessoa que possa ser afetada pela ausência do arquivamento do ato, já que neste caso ela tem direito ao registro.
- b) As assinaturas apostas nos atos constitutivos de sociedade e suas alterações terão a firma reconhecida, dispensada a rubricada por todos os sócios em todas as folhas.
- c) São indispensáveis, na entidade sem fim lucrativo, a rubrica do presidente, com firma reconhecida, e, ao final, as assinaturas dos membros da diretoria provisória ou definitiva.
- d) Deve ser reconhecida a firma por tabelião de notas, mesmo se o apresentante do requerimento o subscrever perante o oficial ou seu escrevente autorizado, estando devidamente identificado.

41. O contrato e ato registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas são títulos hábeis para transferência, no Registro de Imóveis, dos bens e direitos sobre imóvel com o que o sócio tiver contribuído para formação ou aumento do capital social.

- a) Para a integralização de imóvel ao capital social de pessoa jurídica com fins lucrativos, serão exigidas e arquivadas as certidões de inteiro teor da matrícula e negativa de ônus, válidas por 30 (trinta) dias, e a anuência do cônjuge, se for o caso.
- b) O contrato social e suas alterações prescindem da descrição do imóvel, identificação, área e dados relativos à titulação, bastando a referência ao número da matrícula no registro imobiliário.
- c) Não é necessário que o sócio que integralizar as cotas com o imóvel seja o seu único proprietário.
- d) Fica dispensada a anuência do cônjuge no caso de integralização de imóvel ao capital social de pessoa jurídica.

42. O oficial notificará, mediante requerimento do apresentante, os demais interessados que figurarem no título, documento ou papel apresentado e a qualquer terceiro indicado, acerca do registro ou da averbação.

a) Para notificação, exige-se que o título, documento ou papel apresentado tenha sido assinado dentro do prazo de vinte dias antes de sua apresentação.

b) A certidão de notificação ou de entrega de registro será lavrada na coluna da anotação, no livro competente, à margem do respectivo registro.

c) A notificação e demais diligências poderão ser realizadas por escrevente autorizado, em qualquer lugar em que se encontrar o notificado, mesmo em caso de quem estiver participando de ato de culto religioso; de cônjuge, de companheiro ou de qualquer parente do morto, consanguíneo ou afim, em linha reta ou na linha colateral em segundo grau, no dia do falecimento e nos 7 (sete) dias seguintes; de noivos, nos 3 (três) primeiros dias seguintes ao casamento; e de doente, enquanto grave o seu estado.

d) A diligência de notificação ocorrerá diariamente, em qualquer horário, inclusive aos sábados, domingos e feriados, se houver urgência.

43. Sobre a ordem de serviço no RTD, assinale a alternativa CORRETA:

a) Em seguida ao protocolo, primeiro é feito o lançamento, no corpo do título documento ou papel, do número de ordem e da data do procedimento e, após concluído, far-se-á o lançamento no livro respectivo. Por fim, rubricam-se a declaração e as demais folhas.

b) Caso a pessoa presente, simultaneamente, documentos de idêntica natureza para lançamento da mesma espécie, serão eles lançados de forma individualizada no protocolo, de maneira sequencial e imediata, um após o outro.

c) Lavrar-se-á, no fim do expediente diário, termo de encerramento, no qual serão consignados a data, a assinatura do oficial ou escrevente autorizado e o número de atos apontados, exceto se não for apresentado qualquer título ou documento, caso em que o termo de encerramento será o do dia imediato.

d) Os títulos terão sempre um número diferente, segundo a ordem de apresentação, ainda que se refiram à mesma pessoa.

44. Sobre o registro dos livros contábeis de pessoa jurídica, assinale a alternativa CORRETA:

a) Sem prejuízo da competência da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF, o oficial registrará e autenticará os livros contábeis ou não obrigatórios da associação, organização religiosa, sindicato, partido político, fundação ou sociedade simples, ou as fichas ou microfilmes substitutivos dos livros, cujos atos constitutivos estiverem registrados na comarca do serviço.

b) A autenticação de novo livro dispensa a exibição do termo de encerramento do livro anterior a ser registrado, o que será exigido apenas se este foi processado por meio eletrônico e autenticado no serviço competente.

c) É vedada a utilização de chancela para a rubrica dos livros, dispensado, no termo, o nome do oficial ou escrevente responsável pelo ato.

d) Os termos de abertura e de encerramento serão averbados no Livro B, vedada a adoção de fichário especial pelo nome das sociedades, cujos livros foram submetidos a registro e autenticação.

45. Sobre os livros do RCPJ, assinale a alternativa CORRETA:

a) A escrituração do Livro de Protocolo do RCPJ poderá ser a mesma daquela do Livro “A” de Protocolo do RTD.

b) Os Livros A e B NÃO poderão ser substituídos por sistema de digitalização.

c) Adotada a digitalização em formato eletrônico, fica dispensado o arquivamento de via original, que será devolvida para o apresentante, após o registro.

d) Os livros obrigatórios dispensam encadernação conforme previsto nas regras gerais de escrituração, devendo ser arquivados no sistema de fichas ou em classificadores próprios.

46. NÃO é atribuição do oficial de RCPJ:

- a) registrar ato constitutivo, contrato social e estatutos de sociedade simples, associação, organização religiosa, fundação de direito privado, empresa individual de responsabilidade limitada, de natureza simples, e sindicato.
- b) registrar sociedade simples revestida da forma empresária, conforme estabelecido no Código Civil, exceto sociedades anônima e em comandita por ações.
- c) matricular jornais, revistas e sites de notícias, inclusive os provedores de internet que tenham por objeto o agenciamento de publicidade.
- d) registrar e autenticar os livros físicos ou digitais das pessoas jurídicas, exigindo a apresentação do anterior, observando-se sua rigorosa sequência numérica, com a comprovação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da utilização de suas páginas, bem como uma cópia reprográfica do termo de encerramento para arquivo na serventia.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

47. Maurício é um senhor de 78 anos, completos em 1º de janeiro de 2015, que, desde sempre, morou sozinho. Em 12 de fevereiro de 2015, Maurício foi visto em um supermercado próximo a sua casa realizando a compra de alguns pães e outros itens consumíveis. Após isso, seus vizinhos notaram que desde o final do mês de fevereiro, nunca mais o viram na rua, nas lojas ou supermercados, ou mesmo perceberam movimento em sua casa. Já em outubro de 2020, os familiares de Maurício, alertados sobre seu sumiço, decidam agir. Quanto a isso e considerando como verdadeiros os fatos narrados, é correto afirmar que:

- a) os herdeiros legítimos de Maurício poderão requerer a sucessão definitiva;
- b) os herdeiros testamentários de Maurício deverão aguardar sentença que conceda a abertura da sucessão provisória para requerer a definitiva;
- c) se Maurício não possuir cônjuge, caberá apenas aos seus herdeiros o requerimento da sucessão definitiva;
- d) a declaração de ausência de Maurício é requisito para a sucessão definitiva.

48. João Roberto era um rapaz muito famoso entre seus contemporâneos do colegial. Uma das razões de sua fama era seu belíssimo Opala metálico azul, que fazia a alegria de todos que passeavam nele. Muito namorador, acabou engravidando uma norueguesa, que retornou ao seu país e cuidou sozinha de Ozzy, seu filho.

Infelizmente, em uma disputa de corrida em Brasília, João Roberto faleceu nas ruas da Asa Sul. Considerando essa situação, é correto afirmar que:

- a) a sucessão por morte será regulada pela lei norueguesa, já que é o domicílio de Ozzy, herdeiro vivo;
- b) a lei brasileira não regulará a capacidade de Ozzy para suceder;
- c) a sucessão dos bens de João Roberto será regulada pela lei norueguesa, desde que esta seja mais vantajosa para Ozzy;
- d) a lei brasileira se aplicará exclusivamente aos bens imóveis do falecido.

49. Beltrano, Cicrano e Fulano são credores solidários de Hermes de uma quantia de dois mil reais. Quanto a essa situação, é correto afirmar que:

- a) Hermes deverá aguardar algum credor lhe cobrar para que saiba a quem pagar;
- b) se Beltrano tiver remitido a dívida em favor de Hermes, responderá aos outros credores pela parte que lhes caiba;
- c) se houver alguma exceção pessoal de Hermes em relação a Cicrano, então também poderá opor ela a Beltrano e a Fulano;
- d) será necessário que todos os credores cobrem simultaneamente de Hermes os dois mil reais.

50. Pedro pagou todos os custos referentes à regularidade de seu veículo e de sua carteira de motorista no corrente ano, o que inclui o seguro DPVAT. Por força do destino, mas já com tudo regular, Pedro se envolveu em um acidente com outros dois carros.

Sempre muito relaxado, deixando as coisas para a última hora, Pedro espera quatro anos para, na situação de beneficiário, acionar o seguro DPVAT a fim de cobrir uma parte das despesas que fez à época.

Ao consultar um advogado, Pedro recebe a correta orientação sobre o prazo para acionar o referido seguro, que deverá ser:

- a) de dez anos, já que é uma responsabilidade contratual;
- b) de três anos, já que é uma responsabilidade extracontratual;
- c) de três anos, já que é caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório;
- d) de cinco anos, já que é dívida líquida.

51. O Corpo de Bombeiros foi acionado por vizinhos para socorrer um incêndio que ocorria na casa de Marcos Rogério. Porém, para alcançar a entrada da casa em chamas, foi necessário derrubar uma parede do vizinho, tudo com a finalidade de salvar as vidas que corriam perigo no momento.

Posteriormente, descobriu-se que o incêndio ocorreu porque Marcos Rogério foi esquentar água no fogão para cozinhar um macarrão instantâneo e acabou dormindo no sofá da sala enquanto esperava.

Em relação ao vizinho que teve seu muro derrubado, é correto afirmar que:

- a) não poderá requerer indenização, visto que foi um ato necessário para salvar a vida de Marcos Rogério;
- b) poderá requerer indenização, já que não deu causa ao incêndio;
- c) poderá ser indenizado pelo bombeiro que derrubou o muro, que responderá pessoalmente pelo prejuízo;
- d) Marcos Rogério não responderá por qualquer prejuízo, ainda que de forma regressiva.

52. Joaquim invadiu um terreno da prefeitura local e construiu sua casa, com um muro ao redor de uma área de 600m², permanecendo sem qualquer oposição por 15 anos.

Tempos depois, Florentina aproveitou que uma parte do referido muro caiu e construiu sua casa no fundo do terreno, escondido da casa de Joaquim em razão da densa vegetação.

Dois anos depois de Florentina ter construído sua casa, Joaquim descobriu que havia uma outra casa no terreno e, com isso, ajuizou ação de reintegração de posse alegando ser o real proprietário.

Analisando a situação, o juiz responsável pelo caso ordenou a intimação do Município respectivo para que informasse se tinha interesse na causa, já que originalmente o terreno era da Prefeitura Municipal.

Com relação a esse caso, é correto afirmar:

- a) o terreno continua sendo de propriedade do Município, já que não é passível de usucapião em qualquer hipótese;
- b) o terreno passou a ser propriedade de Joaquim, que cumpriu o prazo de usucapião em relação ao Município e ajuizou a ação de reintegração contra Florentina antes da prescrição ocorrer;
- c) o terreno passou a ser propriedade de Joaquim, mas será destacada uma parte para Florentina, que adquiriu a propriedade em razão da usucapião;
- d) Florentina passará a ser a proprietária de todo o terreno, devendo Joaquim desocupar a sua casa.

53. Enquanto já viúvo, Marcos produziu testamento deixando todo o seu patrimônio a seus três filhos. Anos depois, Joana ajuizou ação de reconhecimento de paternidade contra Marcos, a qual foi julgada procedente. Nessa situação, é correto afirmar que:

- a) haverá o rompimento do testamento, ainda que Marcos desconhecesse a existência de Joana como sua filha à época em que o produziu;
- b) haverá o rompimento do testamento, apenas se Marcos já conhecia a existência de Joana como sua filha à época em que o produziu;
- c) não haverá o rompimento do testamento;
- d) haverá o rompimento do testamento, mas apenas de forma parcial, nas disposições que prejudicarem Joana.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

54. De acordo com o Código de Processo Civil, é lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão. São requisitos para essa cumulação:

- I. os pedidos devem ser compatíveis entre si;
- II. o juízo deve ser competente para deles conhecer;
- III. o procedimento deve ser adequado para todos os pedidos.

Estão corretos os itens:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) I, II e III.
- d) apenas II.

55. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Quando alegar sua ilegitimidade, incumbe ao réu indicar o sujeito passivo da relação jurídica discutida sempre que tiver conhecimento, sob pena de arcar com as despesas processuais e de indenizar o autor pelos prejuízos decorrentes da falta de indicação.
- b) Incumbe ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir.
- c) O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição;
- d) Havendo alegação de incompetência relativa ou absoluta, a contestação poderá ser protocolada no foro de domicílio do réu, fato que será imediatamente comunicado ao juiz da causa, preferencialmente por meio eletrônico.

56. Considere as disposições do Código de Processo Civil e assinale a alternativa correta sobre o recurso adesivo.

- a) Constitui espécie autônoma de recurso.
- b) A Fazenda pública não terá prazo em dobro para interpor o recurso adesivo.

c) O terceiro prejudicado e o Ministério Público, quando atua como fiscal do ordenamento jurídico, possuem legitimidade para interpor o recurso adesivo.

d) Será admissível na apelação, no agravo, no recurso extraordinário e no recurso especial.

57. Sobre o direito probatório, marque a alternativa correta:

- a) As provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se nesta ordem, preferencialmente, as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu, e, após, o autor e o réu, que serão inquiridos.
- b) A produção antecipada da prova é da competência do juízo do foro onde esta deva ser produzida ou do foro de domicílio do autor.
- c) Determinada pelo Juízo, a recusa pela parte, e por terceiros, a exhibir documento ou coisa importará na admissão como verdadeiros os fatos que a outra parte pretendia provar.
- d) O juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento.

58. Marque a alternativa correta a respeito dos poderes do juiz:

- a) não lhe é possível dilatar prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito.
- b) ao magistrado é vedado determinar o comparecimento pessoal das partes, para inquiri-las sobre os fatos da causa, depois de já encerrada a fase de instrução.
- c) é possível dilatar os prazos processuais, ainda que já encerrado o prazo regular, em obediência aos princípios da efetividade e da primazia da decisão de mérito.
- d) quando se deparar com diversas demandas individuais repetitivas, oficiará o Ministério Público, a Defensoria Pública e, na medida do possível, outros legitimados a que se referem o art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 (Lei da Ação Civil Pública), e o art. 82 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para, se for o caso, promover a propositura da ação coletiva respectiva.

59. No que diz respeito ao julgamento antecipado parcial do mérito, assinale a alternativa correta.

- a) A decisão proferida com base em julgamento antecipado parcial do mérito não é impugnável por agravo de instrumento.
- b) A decisão que julgar parcialmente o mérito não poderá reconhecer a existência de obrigação ilíquida.
- c) A liquidação e o cumprimento da decisão que julgar parcialmente o mérito deverão ser processados nos mesmos autos.
- d) O juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles se mostrar incontroverso e não houver necessidade de produção de outras provas.

60. Sobre o processo de execução, assinale a alternativa correta:

- a) tendo mais de um domicílio, o executado deverá ser demandado no foro do domicílio do autor.
- b) a execução poderá ser proposta no foro do lugar em que se praticou o ato ou em que ocorreu o fato que deu origem ao título, mesmo que nele não mais resida o executado.
- c) Ao oficial de justiça é vedado cumprir os atos executivos determinados pelo juiz nas comarcas contíguas.
- d) A existência de título executivo extrajudicial impede a parte de optar pelo processo de conhecimento, a fim de obter título executivo judicial.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

61. Rogerinho pretende iniciar empresa sem a presença de sócios, isso aos dezesseis anos de idade. Foi orientado que poderá constituir uma empresa nas formas de Empresário Individual ou Sociedade Limitada Unipessoal.

Em relação ao que foi orientado, é correto afirmar que:

(Item 2.3)

- a) em ambos os casos, Rogerinho poderá constituir uma empresa com personalidade jurídica própria de pessoa jurídica;

- b) A Sociedade Unipessoal Limitada poderá ser constituída, desde que o seu capital seja superior a 40 (quarenta) vezes o maior salário-mínimo do país;
- c) A Sociedade limitada unipessoal poderá ser constituída por pessoa jurídica;
- d) A Sociedade limitada deve ser constituída por 2 (dois) ou mais sócios;

62. O estabelecimento empresarial, segundo o código civil é:

(Item 3.5)

- a) uma universalidade de fato, formada por bens materiais e imateriais organizados por empresário ou sociedade empresária;
- b) uma universalidade autônoma com personalidade jurídica própria;
- c) o lugar onde o empresário desenvolve as suas atividades e relação sinonímia com o ponto empresarial;
- d) exclusiva e unicamente vinculado ao lugar onde o empresário ou sociedade empresário desenvolve as suas atividades;

63. Em relação à sociedade empresarial de cônjuges, é correto afirmar que:

(Item 4.3)

- a) é permitida, salvo se o regime de bens do casal for o da comunhão universal de bens ou da separação obrigatória;
- b) é proibida seja lá qual for o regime de bens;
- c) é permitida, salvo no caso de separação obrigatória;
- d) é permitida, mas depende de autorização judicial;

64. A sociedade Lightning Ltda., está passando por reestruturação. Em seu contrato social quanto nas disposições legais relativas ao tipo adotado pela sociedade não há norma regulando a legislação de aplicação supletiva.

Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

- a) haverá a aplicação das normas de sociedades por ações.
- b) haverá aplicação subsidiária das normas de sociedades anônimas.
- c) haverá aplicação subsidiária das normas de sociedades simples.
- d) Os sócios serão obrigados a incluir, no contrato, cláusula dispondo sobre a regência supletiva.

65. Vanessa e Priscila são condôminas de uma quota de sociedade limitada no valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais). A sócia Priscila pretende adquirir a totalidade das quotas, mas pretende integralizá-las com serviços.

Você é consultado(a), como advogado(a), sobre a possibilidade de a sociedade aceitar a integralização das quotas por intermédio de serviços. Assinale a opção que apresenta a resposta correta.

- a) Ela é obrigada à integralização do capital em dinheiro ou bens suscetíveis de avaliação em dinheiro.
- b) Ela poderá integralizar a sua parte em serviços, basta indicar o valor de sua hora e os seus efeitos econômicos para a sociedade no contrato social.
- c) Ela poderá integralizar as quotas em serviços, desde que haja previsão contratual.
- d) Ela não poderá integralizar as quotas em serviços, porque o capital da sociedade é inferior a 100 salários mínimos.

66. Igor adquiriu uma boia para a piscina de sua nova residência em uma loja de artigos domésticos. A vendedora, sociedade limitada empresária, recebeu um cheque pré-datado em pagamento e se comprometeu a não o antecipar. Infelizmente, dias após, o cheque é devolvido na conta bancária do emitente, que, felizmente não sofreu nenhum prejuízo material.

Com base na jurisprudência pacificada, assinale a afirmativa correta.

a) Ainda que não haja o prejuízo material, haverá a caracterização de dano moral.

b) Não pode ensejar qualquer indenização ao emitente.

c) Pode ensejar apenas dano moral, mas sem ultrapassar a quantia de 100 salários-mínimos como indenização.

d) Pode ensejar indenização apenas se o cheque for devolvido sem provisão de fundos.

67. Marquito emitiu nota promissória à vista em favor de Ratinho. Antes da apresentação a pagamento, Ratinho realizou endosso sem garantia para Anitta.

De posse do título, é correto afirmar que Anitta

a) poderá exercer todos os direitos inerentes ao título, mas não terá direito de cobrança em face de Ratinho e Marquito.

b) poderá exercer todos os direitos inerentes ao título, mas não terá direito de cobrança em face de Ratinho.

c) poderá exercer todos os direitos inerentes ao título, mas não terá direito de cobrança em face de Marquito.

d) Poderá realizar a cobrança de ambos, mas não poderá transferir o título a outra pessoa.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

68. João da Silva ajuizou ação civil ordinária contra o Conselho Nacional de Justiça, para desconstituir decisão tomada pelo Conselho nos autos do Procedimento de Controle Administrativo XX/2021, que declarou vaga a serventia por ele titularizada, por falta de aprovação em concurso público. Considerando o caso narrado, nos termos expressos na Constituição Federal e segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aponte a alternativa que define corretamente o órgão competente para julgar a causa.

a) Juiz Federal

b) Tribunal de Justiça.

c) Supremo Tribunal Federal.

d) Tribunal Regional Federal.

69. Lei do Estado de Goiás atribuiu ao responsabilidade solidária ao profissional de contabilidade, quanto ao pagamento de impostos e de penalidades pecuniárias, nas hipóteses em que suas ações ou omissões concorrem para a prática de infração à legislação tributária. A respeito do caso narrado, aponte a alternativa correta.

a) A lei estadual é constitucional, porque a competência para legislar sobre direito tributário é concorrente, de forma que a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a atribuição suplementar dos estados.

b) É formalmente inconstitucional a norma estadual, porque invade a competência da União para fixar normas gerais em matéria tributária.

c) A norma estadual é inconstitucional, porque a competência para legislar sobre responsabilização de terceiros por infração à legislação tributária é privativa da União.

d) A lei estadual é formalmente inconstitucional, porque cabe à lei complementar estadual dispor sobre responsabilização de terceiros por infrações tributárias.

70. A respeito dos direitos e garantias individuais, aponte a assertiva correta.

a) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, sendo vedada a natureza paramilitar.

b) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, nos dois casos, o trânsito em julgado.

c) As associações, independentemente de autorização, representam seus filiados judicial ou extrajudicialmente.

d) É vedada a criação de mais de uma associação, da mesma categoria profissional ou com a mesma finalidade, dentro de uma mesma base territorial, que não poderá ser inferior à área de um município.

71. Lei do Município de Anápolis-GO dispôs sobre o serviço local de gás canalizado, o que violou a Constituição Federal no que concerne à repartição de competências. Inconformado, o Governador de Goiás pretende combater a inconstitucionalidade da lei municipal por meio de ação do controle abstrato de

constitucionalidade. A respeito do caso narrado, aponte a assertiva correta.

a) A lei municipal poderá ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade da competência do Supremo Tribunal Federal.

b) O Governador de Goiás não tem legitimidade para propor ação de controle abstrato de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

c) A inconstitucionalidade da lei municipal só poderá ser analisada pelo Supremo Tribunal Federal pela via incidental.

d) A lei municipal poderá ser combatida perante o Supremo Tribunal Federal por meio da arguição de descumprimento de preceito fundamental.

72. O Presidente da República, em casos de relevância e urgência, pode editar medidas provisórias com força de lei. A Constituição Federal, todavia, estabelece uma série de limitações de assuntos. Aponte a alternativa em que a matéria não é proibida para as medidas provisórias.

a) nacionalidade.

b) organização judiciária.

c) direito civil.

d) direitos políticos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

73. Nos termos da Lei 14.133/2021, sobre Contratos Administrativos, é correto afirmar:

a) A extinção do contrato configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro.

b) A repactuação deverá observar o interregno mínimo de 180 dias, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.

c) Os contratos poderão ser alterados unilateralmente pela Administração para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior.

d) Nas alterações unilaterais, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras.

74. No que diz respeito aos Agentes Públicos, assinale a alternativa correta:

- a) A fixação de vencimentos dos servidores públicos pode ser objeto de convenção coletiva.
- b) Comprovado o desvirtuamento da contratação temporária pela Administração Pública, em razão de sucessivas e reiteradas renovações e prorrogações, os servidores temporários farão jus a décimo terceiro salário e férias remuneradas acrescidas do terço constitucional.
- c) Os pagamentos indevidos ao servidor público decorrentes de erro administrativo, não embasado em interpretação errônea ou equivocada da lei pela Administração, estão sujeitos à devolução, ainda que o servidor comprove que recebeu de boa-fé, bem como que não lhe era possível constatar o pagamento indevido.
- d) É constitucional lei municipal prevendo subsídio vitalício considerado o exercício de mandatos de vereador e a consequente pensão em caso de morte.

75. Sobre Conselhos Profissionais, é correto afirmar:

- a) Os conselhos profissionais não necessitem de realizar concurso público para contratação de seus servidores.
- b) Os Conselhos Profissionais não têm o dever de prestar contas ao Tribunal de Contas da União.
- c) Os pagamentos devidos, em razão de pronunciamento judicial, pelos Conselhos de Fiscalização não se submetem ao regime de precatórios.
- d) Os Conselhos não são dotados de poder de polícia e poder arrecadador.

76. Sobre Processo Administrativo Disciplinar, é correto afirmar:

- a) A nomeação de defensor dativo em processo administrativo disciplinar não é, só por si, causa de nulidade.
- b) A falta de intimação de advogado constituído para a oitiva de testemunhas gera nulidade do PAD, mesmo se intimado o servidor investigado.
- c) O fato de o acusado estar em licença para tratamento de saúde impede a aplicação de pena de demissão.

d) O mandado de segurança constitui via adequada para o exame da suficiência do conjunto fático-probatório constante do processo administrativo disciplinar.

77. Relativamente à Improbidade Administrativa, assinale a alternativa correta:

- a) Nas ações de improbidade administrativa não é admissível a utilização da prova emprestada, colhida na persecução penal.
- b) A aplicação da pena de demissão por improbidade administrativa é exclusividade do Poder Judiciário.
- c) A ação de improbidade administrativa deve ser processada e julgada nas instâncias ordinárias, ainda que proposta contra agente político que tenha foro privilegiado.
- d) O afastamento cautelar do agente público de seu cargo é medida excepcional que pode perdurar por até 120 dias.

78. Acerca dos Poderes Administrativos, é correto afirmar:

- a) Nos termos da jurisprudência do STJ a aplicação da pena de demissão e de cassação de aposentadoria, quando comprovado que a conduta do investigado se amolda a essas hipóteses, é ato discricionário, cabendo à autoridade, verificados os critérios definidos em lei, aplicar penalidade mais adequada ao caso.
- b) A discricionariedade somente pode ser exercida em relação ao motivo e ao objeto do ato administrativo.
- c) O exercício do poder de polícia é imitado à prática de atos concretos, não podendo se dar por meio de atos normativos.
- d) A atribuição concedida ao administrador para organizar e distribuir as funções de seus órgãos, estabelecendo uma relação de subordinação, decorre do poder disciplinar.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Mateus Pontalti

79. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Os partidos políticos, assim como suas fundações, possuem imunidade tributária com relação aos impostos, desde que atendidos os requisitos legais.
- b) São imunes com relação aos impostos as entidades sindicais dos trabalhadores e dos empregadores, desde que atendidos os requisitos legais.
- c) A imunidade tributária conferida a instituições de assistência social sem fins lucrativos pelo art. 150, VI, "c", da Constituição, somente alcança as entidades fechadas de previdência social privada se não houver contribuição dos beneficiários.
- d) Ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a qualquer das entidades referidas pelo art. 150, VI, "c", da Constituição Federal, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades para as quais tais entidades foram constituídas.

80. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) Normas relativas à prescrição e decadência em matéria tributária são reservadas à lei complementar.
- b) O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.
- c) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.
- d) É inconstitucional a taxa de renovação de funcionamento e localização municipal.

81. Assinale a alternativa incorreta de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores:

- a) O benefício da denúncia espontânea não se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo.
- b) O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade não gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.
- c) Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem

comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.

d) A denúncia espontânea não resta configurada na hipótese em que o contribuinte, após efetuar a declaração parcial do débito tributário (sujeito a lançamento por homologação) acompanhado do respectivo pagamento integral, retifica-a (antes de qualquer procedimento da Administração Tributária), noticiando a existência de diferença a maior, cuja quitação se dá concomitantemente.

82. Sobre as garantias e privilégios do crédito tributário, assinale a alternativa incorreta.

- a) A enumeração das garantias atribuídas pelo CTN ao crédito tributário não exclui outras que sejam expressamente previstas em lei, em função da natureza ou das características do tributo a que se referam.
- b) Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial.
- c) São extraconcursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência.
- d) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário definitivamente constituído.

83. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do STF:

- a) É constitucional a fixação de alíquota progressiva para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação.
 - b) É compatível com a Constituição Federal a norma infraconstitucional que atribui a órgão integrante do Poder Executivo da União a faculdade de alterar as alíquotas do Imposto de Exportação.
 - c) A majoração do valor venal dos imóveis para efeito da cobrança de IPTU não prescinde da edição de lei em sentido formal, exigência que somente se pode afastar quando a atualização não excede os índices inflacionários anuais de correção monetária.
 - d) Declarada inconstitucional a progressividade de alíquota tributária, o fato gerador não incide, em razão da falta de um dos elementos essenciais da regramatriz tributária.
- é devido o tributo calculado pela alíquota mínima correspondente, de acordo com a destinação do imóvel.

DIREITO PENAL

Michael Procópio

84. Paulo, governador, não conseguiu sua reeleição. Com objetivo de prejudicar seu sucessor, no último mês de seu mandato, determinou que se realizasse uma despesa que não fora autorizada em lei orçamentária.

De acordo com o Código Penal, o caso narrado caracteriza, em tese:

- a) crime de assunção de obrigação no último ano do mandato.
- b) crime de contratação de operação de crédito.
- c) crime de responsabilidade do Código.
- d) crime de ordenação de despesa não autorizada.

85. João, advogado, ofereceu uma grande quantia em dinheiro para que Rafael, fiscal sanitário, colocasse informações falsas na vistoria do restaurante do seu cliente. Rafael, como precisava de dinheiro, aceitou o valor e, no documento, constou a informação propositalmente errônea de que o estabelecimento estava conforme as normas sanitárias. O documento

foi utilizado, posteriormente, em uma ação promovida pelo Ministério Público, originada de inquérito civil com vários clientes informando problemas de higiene no local.

No caso narrado, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que:

- a) a conduta de João caracteriza, em tese, o crime de corrupção ativa (art. 333, CP) e a conduta de Rafael caracteriza, em tese, o crime de corrupção passiva (art. 317).
- b) a conduta de João caracteriza, em tese, o crime de corrupção ativa de testemunha ou perito (art. 343, CP) e a conduta de Rafael caracteriza, em tese, o crime de falsa perícia (art. 342, CP).
- c) a conduta de João caracteriza, em tese, o crime de corrupção ativa de testemunha ou perito (art. 343, CP) e a conduta de Rafael caracteriza, em tese, o crime de corrupção passiva (art. 317).
- d) a conduta de João caracteriza, em tese, o crime de corrupção ativa (art. 333, CP) e a conduta de Rafael caracteriza, em tese, o crime de concussão (art. 316).

86. Pratica o delito de exploração de prestígio, de acordo com o Código Penal, quem:

- a) cobra vantagem com alegação de influenciar um delegado de polícia.
- b) passa-se por funcionário público.
- c) promete vantagem indevida a funcionário público para que este retarde ato de ofício.
- d) solicita dinheiro a pretexto de influir em testemunha.

87. Analise as seguintes assertivas sobre Direito Penal:

I – Apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem, configura o crime de peculato culposo. Caso haja a reparação do dano antes do trânsito em julgado, há a extinção da punibilidade.

II – Eustáquio, oficial de registro civil de Campo Grande, fica sabendo que o loteamento do seu pai na cidade está com pendências na Prefeitura Municipal. Valendo-se da facilidade de suas funções, agenda uma reunião com o Prefeito e pede que, em razão de seu prestígio social pela atividade exercida na comunidade interceda em favor do seu pai. Cometeu o crime de advocacia administrativa.

III – Para fins penais, o oficial de registro de imóveis é considerado funcionário público.

IV – Incorre no delito de falsificação de selo ou sinal público quem falsifica sinal público de tabelião, mas não quem utilizada indevidamente o sinal público verdadeiro em prejuízo de outrem. A conduta, entretanto, pode configurar crime autônomo.

Está(ão) correta(s) a(s) seguinte(s) assertiva(s):

- a) apenas a I.
- b) II e III.
- c) I e II.
- d) II, III e IV.

88. Considerando as disposições do Código Penal sobre a teoria do crime, é correto afirmar que:

- a) Pelo resultado que agrava especialmente a pena, só responde o agente que o houver causado ao menos culposamente.
- b) Crime de perigo concreto é aquele em que o legislador presumiu de modo absoluto a ocorrência de perigo ao bem jurídico em determinada situação, como no tráfico de drogas.
- c) A superveniência de causa absolutamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou.
- d) O dolo que se extrai do Código Penal é o normativo, dada a exigência de consciência da ilicitude para a responsabilização penal.

89. Assinale a alternativa INCORRETA sobre a prescrição:

- a) A pronúncia é causa interruptiva da prescrição, exceto se o Tribunal do Júri vier a desclassificar o crime.
- b) No caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente.
- c) O período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada.
- d) A reincidência não implica aumento de um terço no prazo da prescrição intercorrente.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

90. A respeito da ação penal, assinale a alternativa correta.

- a) O órgão do Ministério Público não poderá dispensar o inquérito policial, que deve ser apresentado conjuntamente à denúncia.
- b) O descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado poderá ser utilizado pelo Ministério Público como justificativa para o eventual não oferecimento de suspensão condicional do processo.
- c) Nos casos em que somente se procede mediante queixa, considerar-se-á perempta a ação penal quando o querelante deixar de formular o pedido de condenação em sua inicial acusatória.
- d) A renúncia tácita e o perdão tácito admitirão apenas prova documental.

91. O inquérito policial possui como característica:

- a) a obrigatoriedade
- b) a disponibilidade
- c) o sigilo
- d) a informalidade

92. De acordo com o Código de Processo Penal,

- a) o juiz não ficará adstrito ao laudo pericial, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte.
- b) o exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior. Na falta de perito oficial, o exame será realizado por 3 (três) pessoas idôneas, uma com 'voto de minerva' em caso de divergência, portadoras de diploma de curso superior, preferencialmente na área específica.
- c) não se deferirá o compromisso de dizer a verdade aos doentes e deficientes mentais e aos menores de 16 (dezesesseis) anos.
- d) a busca em mulher deverá ser feita por outra mulher, de qualquer maneira, sendo irrelevante eventual atraso ou prejuízo na diligência.

93. No tocante à ação penal, assinale a alternativa correta.

- a) a representação será retratável até o oferecimento da denúncia.
- b) será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público, neste caso, apenas e tão somente o acompanhamento do processo.
- c) o direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador com poderes gerais, mediante declaração, escrita ou oral.
- d) concedido o perdão, mediante declaração expressa nos autos, o querelado será intimado a dizer se o aceita, devendo, ao mesmo tempo, ser cientificado de que o seu silêncio importará recusa.

94. Em relação às provas, assinale a opção **INCORRETA**.

- a) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo, em regra, fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação.
- b) Dar-se-á prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime, dentre outros, que envolva violência contra criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência.
- c) A confissão será divisível e irretratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.
- d) A expedição da precatória não suspenderá a instrução criminal.

CONHECIMENTOS GERAIS

Raphael de Oliveira Reis

95. Sobre a presença dos EUA no Afeganistão e a tomada de poder do grupo fundamentalista Talibã, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) o Talibã já havia governado o Afeganistão de 1996 a 2001 com o apoio do Estado islâmico. Naquele contexto, implementaram uma rigorosa interpretação da Sharia.
- b) os EUA invadiram o Afeganistão, em 2001, alegando que o Talibã dava suporte às práticas terroristas da Al-Qaeda.
- c) em 2020, o ex-presidente Donald Trump assinou acordo com o Talibã para a retirada das tropas norte-americanas.
- d) após a tomada de Cabul, no dia 15 de agosto de 2021, as principais preocupações internacionais são contra as possíveis violações do Talibã no que tange aos direitos humanos.

96. "Os especialistas apontam que a principal consequência dos ataques de 11 de setembro foi a consolidação da chamada "Guerra ao Terror", que não estava direcionada a um país específico, mas a uma prática de ação política, com a aprovação de uma série de leis que, em nome do combate ao terrorismo, reduziram a liberdade e a privacidade de cidadãos nos Estados Unidos, especialmente os estrangeiros".

Leia mais em:
<https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/11-de-setembro-entenda-o-ataque-terrorista-que-completa-20-anos/>

Sobre os atentados terroristas nos EUA, os quais completaram 20 anos em 11 de setembro de 2021, é correto afirmar:

- a) Os EUA estabeleceu uma lista de países denominados de "Eixo do Mal": Coreia do Norte, Irã, Iraque e Venezuela.
- b) O embaixador brasileiro, Sérgio Vieira de Mello, conseguiu estabelecer tratado de paz no Iraque.
- c) Os atentados de 11 de setembro de 2001 atingiram as Torres Gêmeas, o Pentágono e a Casa Branca.
- d) Uma das consequências de Guerra ao Terror foi a invasão do Afeganistão (2001) e do Iraque (2003).

97. "Tem uma hidrologia ruim? Tem, mas ela não é o único fator. Houve alguns problemas de gestão. Desde novembro, outubro, todo mundo sabia que os reservatórios estavam baixando, e as termelétricas não funcionaram a plena capacidade ou a uma capacidade maior. E o mais surpreendente: em fevereiro, se diminuiu ainda mais a geração térmica e só em maio que elas foram autorizadas a despachar", afirma Maurício Tolmasquim, professor da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e ex-presidente da Empresa de Pesquisa Energética, estatal responsável pelo planejamento energético.

Em 2001, o Brasil quase teve apagão. No cenário atual, esse "fantasma" reapareceu colocando em risco a retomada da economia e aumentando o valor da conta de luz. Sobre esse assunto, é correto afirmar:

- a) O aumento da conta de luz está associado ao aumento do dólar.
- b) O Brasil possui pouca geração de energia hidráulica, o que faz depender da energia térmica.

c) O acionamento de usinas térmicas e a criação de uma nova bandeira (escassez hídrica) fizeram com que a conta de luz aumentasse significativamente.

d) O Brasil é um país que investe na energia solar, inclusive com subsídios. Dessa forma, no médio prazo, não passaremos por problemas no setor de geração de energia.

98. O Prêmio Juca Prato é um prêmio literário concedido anualmente em São Paulo pela União Brasileira de Escritores. Na edição de 2021, qual intelectual foi premiado?

- a) Carlos Nejar
- b) Lilia Schwarcz
- c) Patrícia Campos Mello
- d) Laerte Coutinho

99. No Brasil, o mercado de carbono ainda não foi regulamentado. Isso poderia contribuir para a redução de emissão de gases poluentes e, por conseguinte, frear o aquecimento global. No cenário internacional, há um país que saiu à frente na regulamentação do mercado de carbono:

- a) EUA
- b) Argentina
- c) Canadá
- d) China

100. "Entre os vários choques políticos que atingiram a Europa neste início de século 21 — da crise econômica que abalou o euro à saída do Reino Unido da União Europeia, o chamado Brexit —, poucos foram tão previsíveis e geraram tanta ansiedade como o fim da era Merkel na Alemanha". (Fonte G1)

Sobre a "Era Merkel", que durou 16 anos, é correto afirmar:

- a) Permitiu a entrada de refugiados sírios e impôs medidas de austeridade à Grécia.
- b) Implementou políticas públicas de igualdade de gênero, sendo ela mesma a primeira mulher a governar a Alemanha.
- c) De perfil progressista, adotou medida combativa aos países autoritários, a exemplo da Hungria e da Polônia.
- d) No que tange às ações climáticas, apoiou o Fundo Amazônia e estabeleceu mercado de carbono.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Cartório-GO-10-10-21>

Conheça nossa assinatura

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

CONFIRA: [CURSOS PARA CARTÓRIOS](#)
